

ALVES, Adalberto. *Dicionário de arabismos da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013.

É de grande interesse o tema deste livro, sendo que os trabalhos sobre a influência do árabe na língua portuguesa datam pelo menos do séc. XVI. O presente *Dicionário* inclui muitas palavras com uma história interessante e de muita relevância para a história do léxico da língua portuguesa. Tal é o caso, por exemplo, de *náfego*, cujo étimo o Autor do *Dicionário* dá como uma forma árabe transcrita por *nahik* «debilitado» -- cavalo defeituoso devido a ter um quadril menor que o outro. Embora não incluído em muitos léxicos (-- não está abonado no *Dicionário* da Academia das Ciências de Lisboa de 2001, por exemplo), o termo é de grande vitalidade nalguns meios, tais como a linguagem popular rural: o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* documenta, no tipo de linguagem estudado, tanto as respectivas variantes de forma (tipicamente com a queda da vogal pós-tónica da forma *náfego*, convertendo-a numa palavra com acento na penúltima sílaba, de acordo com o que é mais comum na língua), como a alternância semântica (com emprego tanto para referir animais, como para referir pessoas com o respectivo defeito), na carta 79, sobre «pessoa que tem uma perna mais curta que a outra».

São reconhecidos, em geral, alguns princípios básicos no estudo da etimologia, tais como: (1) a plausibilidade da mudança fonética implícita em qualquer proposta de étimo (de acordo com o que se conhece da fonética histórica da língua receptora), e (2) a plausibilidade da respectiva mudança semântica. Também se consideram importantes as informações históricas, geográficas e sociais relevantes, assim como o conhecimento do próprio objeto nos casos em que a respectiva palavra se refere a algo material. Encontra-se uma exposição desses princípios no capítulo sobre «Dicionários etimológicos», do livro *Introdução ao estudo da filologia da língua portuguesa* (v. esp. págs. 40-43), de Manuel de Paiva Boléo, antigo professor catedrático de filologia portuguesa na Universidade de Coimbra.

Tais princípios não são arbitrários, mas antes resultam de conhecimentos adquiridos através dos estudos filológicos e da linguística histórica ao longo

do exercício destes domínios das ciências da linguagem. Assim sendo, não deveriam ser rejeitados arbitrariamente.

Nota-se, porém, que para o Autor do livro a que se refere a presente resenha, os princípios acima referidos parecem ser de pouca importância. Efectivamente, ele rejeita explicitamente uma parte, enquanto simplesmente deixa de considerar outra.

No tocante à relação entre os significantes, rejeita a noção da regularidade das mudanças fonéticas, a qual constitui uma característica comprovada das línguas. Tal propriedade permite estabelecer as relações entre línguas afins e é o fundamento de duas técnicas básicas no estudo histórico dos idiomas: o método comparativo e a reconstrução interna.

No prefácio, o Autor afirma (p. 31):

Infelizmente, sobretudo no que respeita à linguística diacrónica, campeia, ainda hoje com muita vitalidade, um positivismo intolerante que persiste em transformar a disciplina numa «ciência exata», com normas inflexíveis na formação das palavras. Ora, tais regras, pela natureza das coisas, não devem ser vistas senão como tendências ou aproximativas, pois inúmeros e imprevisíveis fatores podem introduzir desvios à regra, motivando derivas, nomeadamente fonéticas, no processo formativo.

A este parágrafo, seguem-se alguns outros de especulação teórica, sendo todos de conteúdo contrário, em geral, aos conhecimentos comprovados no domínio das ciências da linguagem. Encontram-se também algumas observações desnecessárias e de pouca relevância, embora o Autor procure destacar delas uma suposta importância, tais como o conteúdo do seguinte parágrafo (p. 32):

Como, normalmente, não temos possibilidade de saber quem foi a primeira pessoa a inovar na introdução de um étimo numa outra língua, pode acontecer, e certamente, por vezes, terá acontecido, que esse étimo corrompido acabou por ser aquele que veio a vingar na língua recetora, acarretando um desempenho fonético «incorreto», com base num étimo que era à partida incorrupto.

Perante tal combinação de noções confusas e de fundamento duvidoso (ou nulo, além da mera especulação do Autor), o que se pode esperar do *Dicionário de arabismos*?

Há outros elementos de semelhante teor: o Autor evidencia, tanto no prefácio como no corpo da obra, uma nítida tendência a promover o reconhecimento da influência (suposta) do árabe às custas da aceitação da influência (conhecida) das línguas clássicas, o latim e o grego. Devem ser suficientes apenas alguns exemplos para exemplificar, por um lado, as falhas fundamentais nos métodos de tratamento etimológico, e por outro, a falta de objetividade do texto que procura valorizar o árabe às custas do latim e do grego.

Nalguns casos, por descuidar do aspecto fónico, simplesmente fornece uma palavra árabe de significado correspondente ao da palavra portuguesa, sem se preocupar da relação de entre os seus respectivos significantes; tal tratamento é insuficiente para estabelecer uma relação etimológica. Por exemplo, **ABÓBORA** (*al-gar'a...*), «id. sig.»...Segundo a hipótese comum, é do latim *apopores* (Isidoro XVII: 10, 25).

A rejeição do conceito da regularidade na mudança fónica leva o Autor a indicar correspondências diferentes no caso de uma mesma forma: (1) **MOFO** s.m., de... (*mâhûr*) «bordel» (c/ev. sem.)... cp. *Penamacor**, (2) **PENAMACOR** top... do antr. ...(*ben mâhûr*) «filho do bordel»; cp. *mofo**. Assim, no primeiro caso a forma árabe *mâhûr* terá mudado para *mofo*, enquanto no segundo para *macor*, de maneira que não seriam uniformes as correspondências entre as formas do significante do étimo árabe proposto e as formas em português.

Em outros casos, por descuidar do sentido, o Autor apresenta como étimos formas árabes (palavras ou frases) de significado bastante afastado do significado da palavra em português, e de relação duvidosa. **ABRIGAR-SE** (*al-barr l-garrâ*), «a terra dos generosos»; **ACABAR...** (*akbar*), «o maior»; **CARAMELO** (*karâma*) «liberdade», seguido pela pergunta: [o consumo de guloseimas é uma liberdade?]; **BODEGA** (*baḡḡiḥa*), «melancia de má qualidade». Como se vê, neste último caso, o Autor rejeita, em favor de um suposto étimo árabe, uma relação etimológica conhecida, com o verdadeiro étimo provindo das línguas clássicas, o grego e o latim: do grego ἀποθήκη (armazem), por via do latim *apotheca*. Trata-se de um derivado do grego θεκε «recipiente», da raiz indo-europeia *dhē «colocar, pôr», com a forma básica presente no antigo persa, do ramo indo-iraniano.

Outro exemplo da rejeição de uma etimologia clássica geralmente aceita (-- neste caso o latim *clamare*): **CLAMAR...** de... (*kalama...*) «dizer palavras»...

O Autor indica étimos árabes para muitas palavras para as quais o árabe serviu de *via de transmissão*, mas não de *origem*. Tal é o caso de abricote (e a variante abricó), cujo étimo dá como *al-barqûq*, embora seja conhecida a origem nas línguas clássicas, o grego πραικόκιον e o latim *præcoquum* ou *præcocia* «maduro antes do tempo», «temporão».

Por outro lado, o verbete seguinte constitui um caso em que o Autor dá vazão à imaginação: SACAR... de... (*xikâra*) «saco» [... tirar algo a alguém e depois meter no saco]...

Parece que qualquer suposto fator serve para a explicação semântica, mesma uma alusão «humorística»: PENICO... (*banâdiq*) «avelãs», «balas» [als. humorística às fezes?]...

Num bom número de casos, a etimologia proposta por Alves difere daquela que se conhece e que parece segura ou mesmo inquestionável. Por exemplo, em vez de um eufonismo do português *caralho* ou do espanhol *carajo*, propõe para a interjeição CARAMBA, (*karâma*) «milagre», sendo que o sentido de *milagre* está longe do sentido comum de *caramba*. Trata-se da mesma palavra árabe que o Autor propõe também como étimo de *caramelo*, mas em outro sentido. Uma hipótese mais plausível, mormente em face do sentido frequente, é eufemismo baseada numa palavra espanhola obscena (G. Viana, *Apost.* II: 259).

Para PUTA, (*bint*) «rapariga», embora a palavra *bint* seja uso geral em árabe sem o sentido especial (ou «marcado») de *prostituta*. Nota-se que, na documentação da linguagem popular, especialmente do meio rural (embora também do meio urbano), a forma *puta* ocorre com frequência, além de outras variantes da palavra base *prostituta* (por exemplo, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, na carta 108, regista algumas variantes da palavra *prostituta* nas localidades investigadas).

É falsa a hipótese de que o português *puta* provenha do árabe *bint*, visto que exige rejeitar o facto de *puta* ser variante da palavra *prostituta*, da qual é forma reduzida.

O Autor presta pouca atenção à questão da documentação, exceto nalguns escassos casos. A origem de SÁARA, topónimo do deserto do Norte da África, é dada como *saharâ* «deserto» (de acordo com a etimologia conhecido), mas uma forma da mesma raiz árabe é proposta como étimo de CEARÁ, nome de um estado do Nordeste do Brasil; qual será a documentação histórica comprovante? O Autor não a indica.

Nos poucos casos em que o Autor refere os dados históricos relevantes, baseia-se simplesmente em informações de outros, não em pesquisa própria.

Assim, **LADRA** top. (Feira da ..., Lisboa), de ... (*al-‘adra*), «a Virgem [Maria]». [J. P. Machado informa que existia, entre os séc. XII e XVIII, a Ermida de Santa Maria, na Mouraria, à volta da qual se realizava a feira; esta conservou o n. ár. ao transferir-se para o lg. onde hoje está estabelecida.] É mais simples a hipótese comum: fem. De *ladro*, variante do nominativo *latro*, do latim *latrone*.

Encontram-se no *Dicionário* várias etimologias conhecidas, propostas por especialistas e geralmente aceites; não há, porém, uma única etimologia *nova, proposta pelo Autor*, que seja digna de confiança. Abundam no volume falhas de método e falta de cuidado. (A respeito desta última característica, o Autor afirma, «Ao iniciar este longo trabalho de reflexão e investigação, tive sempre presente no meu espírito o juízo de Walter von der Wartburg»; a referência é ao grande romanista von Wartburg, cujo nome o Autor cita de forma errada!).

O Autor afirma que «a Civilização Islâmica... era, fora de dúvida, culturalmente muitíssimo mais sofisticada do que a dos rudes Roman-Visigodos da Hispânia» (p. 15) e alega o seguinte:

Foram criados... milhares de termos, quer no âmbito do léxico comum quer no da linguagem científica e filosófica, disfarçados de grego ou baixo-latim, mas que, afinal, não passavam de cultismos românicos artificialmente concebidos no intuito do apagamento da *mácula* árabe da língua dos vencedores cristãos. Todavia, quanto a tais palavras, em vão procuraremos a sua origem em Salústio, Cícero, Cícero, Virgílio, Homero ou Xenofonte...

Na verdade, esse léxico acabou por ser incluído *a martelo* nos dicionários de latim e grego e passou a ser tido, desde então, por original, sem que, daí para a frente, a sua etimologia, durante séculos, fosse minimamente questionada. (p. 17).

Assim, trata-se de uma obra declaradamente anti-classicista, com negação explícita, por vezes, da influência do latim e do grego.

Um exemplo de um étimo que o Autor dá por ser do árabe e que considera ter sido convertido numa forma latim, é referido no seguinte verbete: **SAUDAR** v. de... (*salâma*) «saudar, desejando a paz» [*salâm*, «paz», foi latinizada em *salutem*, tal como a expr. ár. *raddere as-salam* o foi em *raddere salutem*]... Ao contrário de tais afirmações, é comum considerar que o radical *salut-* do latim provém de **sol-*, a raiz indo-europeia que significa «inteiro» e que tem reflexos nos diversos ramos desta família de línguas.

Os que se dedicam às ciências da linguagem reconhecem que é um domínio em que prevalecem as hipóteses. Nalgumas áreas, raramente se encontram provas definitivas das hipóteses. Tal é o caso do estudo etimológico, em que é costume favorecer as hipóteses mais plausíveis. O presente *Dicionário* apresenta hipóteses, tanto que em vários casos o Autor dá duas ou três etimologias diferentes. Infelizmente, não raramente as etimologias que propõe não são plausíveis, nem pela forma nem pelo significado.

É uma vergonha que este livro tenha sido editado e é especialmente vergonhoso que a edição seja da prestigiosa Imprensa Nacional-Casa da Moeda – não por causa da atitude negativa do Autor em relação à influência das línguas clássicas, mas antes por causa do baixíssimo nível científico e informativo. Quem tenha recomendado a edição, não prestou bom serviço à cultura portuguesa: para promover o conhecimento da língua árabe e da sua contribuição ao léxico do português, não bastam o entusiasmo e as afirmações vazias.

BRIAN FRANKLIN HEAD¹

Emeritus professor, University of Albany

bfh122333@gmail.com

http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_67_11

BAÑOS BAÑOS, J. M., Del Barrio Vega, M. F., Callejas Berdonés, M. T., López Fonseca, A. (eds.) (2014), *Philologia, Vniversitas, Vita. Trabajos en honor de Tomás González Rolán*. Madrid, Escolar y Mayo Editores S.L., Madrid, 902 p.

Uma homenagem nacional, por ocasião da sua jubilação, ao Professor Tomás González Rolán é esta obra que reúne contributos de oitenta autores de diferentes Universidades de Espanha, diria mesmo de todas, ou quase todas as Universidades de Espanha. A esta homenagem se associou, com a sua participação, a *Alma Mater Coninbricensis*, onde este notável filólogo complutense ficou conhecido não apenas pela sua obra modelar – reconhecida em todo o mundo das letras clássicas e neoclássicas latinas, medievais e pré-humanistas – mas também pela sua personalidade ímpar, que alia o fulgor da inteligência à simplicidade e doçura de trato. Ao longo de seis

¹ Brian Head foi professor de língua árabe clássica na Universidade de Coimbra nos primeiros anos da década de 60.